

Portugal por cumprir: reinventar e reidentificar

QUALQUER DISCURSO de avaliação da política externa que queira ser diplomaticamente correcto e se pautar, mui metodologicamente, pelas doutrinas oficiais, ou oficiosas, tanto das escolas de regime, como das suas vulgatas glosadoras, conclui pelo óbvio de nosso geopolítico lugar no mundo: europeísta, euroatlântico, não iberista, com muitas saudades do armilar, mas sem investimentos de poderio adequados.

Somos, com efeito, uma das peças da balança desta desoleada Europa. Mas, infelizmente, por ter de ser, longe do fulcro. E, se conjugamos a Aliança Atlântica, talvez seja porque, antes de o sermos, já o éramos (até chegámos à Terra Nova antes de Colombo se enganar). Também dizemos Brasil, para que o lado de baixo do Equador não nos esqueça, que ainda sobrevivemos. Tal como, todos os dias, praticamos a lusofonia em poder ser, mas sem completo acordo comunitário. Contudo, o velho reino lusitano, se já não pode ser cabeça, também não deve perder-se em bicos de pés, ou andar sempre de pé atrás.

Sabemos, de ciência certa e absoluta compreensão de poder, que a estratégia nos manda evitar vulnerabilidades e avivar potencialidades, mas, desvertebrados, não podemos renovar o poder funcional, dado que, nem por dentro, conseguiríamos articular um qualquer errático que nos refizesse como indisciplinadores da balança junto dos equilíbrios dos bons amigos, que inimigos já não há e a teoria da conspiração da ameaça seria fanfarrônica sem vacina.

Qualquer medição de poder internacional que renovasse a fórmula falhada de Ray S. Cline poderia confirmar que nossa fraqueza é directamente proporcional ao submeter-nos para sobrevivermos, mesmo que guardemos o sonho das esperanças de Portugal, futuro do mundo e, em soneto, sem emenda, renovemos a mensagem, sem forte gente, e também sem nevoeiro, do sem rei, nem lei.

A adequada síntese deste paralelograma de forças decadentistas reflecte-se no nosso escasso número de embaixadores formais que o quadro do Palácio das Necessidades comporta (não chegam para preencher todas as capitais dos Estados membros da União Europeia), ou

no de correspondentes internacionais, permanentes e exclusivos, das nossas televisões (cabem todos no número de dedos dos pés). Paradoxalmente, fragmentamos nossos saberes em muitas feiras de vaidades e procuras de epitáfio, com sucessivas dispersões tribulistas de escolas estaduais e privadas, no âmbito da especialidade, mas sem ascendermos da opinião ao conhecimento, em português esforçado, quanto à procura estratégica do mistério da nossa continuidade. Contudo, pelo facto de continuarmos a insistir como comunidade política de origens medievais, que algum exagero patriotorreca classifica como a nacionalidade mais antiga da Europa, deveria dar-nos adequada teoria que voltasse a conjugar a aventura com o pragmatismo e a honra com a inteligência.

O desafio da sincronia europeia e globalizante

As muitas e boas leituras da história do Portugal contemporâneo podem, muito diacronicamente, ocultar-nos o desafio da sincronia europeia e globalizante. Porque se torna impossível caminharmos para Alcácer-Quibir, procurando um curto-circuito que nos devolva um qualquer *mare nostrum*, assente no velho triângulo estratégico que, a partir da fundação do Rio de Janeiro, permitisse a reconquista de Luanda e o tráfico negreiro que gerou certos negócios escravagistas, ou de companhias majestáticas, para os velhos capitalistas.

Voltando às justas sátiras dos velhos vencidos da vida, que certos mais velhos de hoje dizem repudiar, apenas convém recordar que esses antigos críticos da democracia censitária o foram antes das revoluções e contra-revoluções que nos amarguraram o século XX, entre fascismos e comunismos, que certos neotalitários lusitanos continuam a traduzir em calão, como se fosse possível um qualquer D. Sebastião científico, como bem avisava Guerra Junqueiro.

O aparelhismo de poder da nossa *belle époque*, entre o regicídio e o republiquicídio, apenas sustentava tímidas políticas públicas que, antes do 28 de Maio, nem sequer chegavam aos 10% do PIB. Porque foi Salazar,

com meio século de atraso, que nos importou Napoleão III e Bismarck, chamando Estado Novo à Providência, antes de Marcello Caetano o rebaptizar como Estado Social.

Daí que seja urgente refundarmos a política pública de relações internacionais, de forma inclusiva e mobilizadora, contabilizando, sobretudo, os custos de sucessivos abandonos do principal factor da vontade nacional que sempre foi gerirmos dependências e interdependências, tendo em vista a vontade de sermos independentes.

Acresce que a geração do Ultimato e da República, para além do escoamento de excedentes demográficos para o Brasil, aproveitou o conflito das grandes potências, depois da Conferência de Berlim, para construir, à pressa, o nosso último ciclo imperial, não o que acabou em Goa, em 1961, mas o que durou, pela mobilização da guerra colonial, até à descolonização dita exemplar, de 1974 e 1975. A ilusão do não há Portugal sem África, como clamava António Ennes, e irmanou Paiva Couceiro e Norton de Matos.

Aproveitávamos os interstícios de poder que, no continente político que começou com a conquista de Ceuta em 1415, nos permitiam os jogos da balança da Europa. E até intensificámos o esforço com a guerra, só começada depois de Dien Bien Phu, da Conferência de Bandung e da retirada de Argel. Quando de Gaulle decidiu caminhar para a CEE, através da cooperação intergovernamental, neste híbrido a que damos o nome de projecto europeu.

Paradoxalmente, quanto mais nos iludíamos com a africanização, no derradeiro esforço do patriotismo imperial, tanto emigrámos para o Brasil, na monarquia constitucional e na Primeira República, como, no crepúsculo do salazarismo, demos os saltos para as França e Araganças, mesmo com mala de cartão, antecipando a presente integração europeia.

Daí que sejam verdadeiramente inéditos os novos fenómenos demográficos do presente cavaquismo e dos seus heterónimos, do guterrismo e do socratismo. É a primeira vez na nossa história contemporânea e multiseular que estamos enjoadamente empedrados nas fronteiras medievais. O daquém já não pode safar-se pela procura do d'além.

Talvez importe voltar a defender Kant, Röpke ou Rawls e assumir o projecto dos pais-fundadores do projecto europeu, subscrivendo o sonho de Wilson de um capitalismo uni-

versal e de um demoliberalismo com regras e segmentos de justiça, através de pequenos passos para uma efectiva República Universal que não seja utopia de amanhãs que cantam.

É este o regresso ao Estado que nos interessa advogar, sem a megalomania do Portugal dos pequenitos com a mania das grandezas, esse que pode acabar por ser governado pela pilotagem automática dos agentes do FMI, do Banco Mundial ou do "spread"...

Por outras palavras, se a geoeconomia não puser a especulação da geofinança na ordem, não há trabalho e procura da riqueza para um mundo melhor que resistam em igualdade de oportunidades e meritocracia!

A história e o discurso identitário

Quando dizemos que Portugal tem mais de oito séculos e meio, estamos a fazer uma interpretação retroactiva da história, estamos a contar uma história que tem mais a ver com a literatura de justificação do presente. Portugal foi não apenas uma fundação, mas uma sucessão de refundações, porque a continuidade nos segredou que valia a pena assumirmos aquilo que Alexandre Herculano qualificou como a vontade de sermos independentes.

Aqueles que, em menos de meio século, assistiram ao Portugal que alguns diziam ser dos anos do fim, podem concluir que, apesar de tudo, nos reinventámos. Tal como em 1822, depois do traumatismo do fim do Reino Unido, conseguimos navegar na balança da Europa, gerindo dependências e aproveitando marés das interdependências, mas contando, no final do século XIX, com a geração do heróis do mar e da reconstrução de mais um ciclo imperial, depois do marroquino, depois do indiano e depois do brasileiro.

Dizer o que vai ser Portugal daqui para diante, com algum lume da razão, é muito menos do que vislumbramos do que, sobre Portugal, pode ser dito com certo lume da profecia. Apenas creio que vai continuar a ser reinventado e reidentificado, desde que a geração dos inactivos e enjoados do situacionismo possa dar lugar aos indisciplinadores da nossa tradicional criatividade do abraço armilar. Neste sentido, talvez permaneça um certo partido dos velhos crentes que continuam a defender uma espécie de poder dos sem poder, para cumprir-se o máximo do sonho de Portugal que é o diluir-nos em todos os outros, sendo brasileiros, angolanos, moçambicanos ou timorenses.

Aquilo que é o mais português de Portugal, o procurar Portugal fora de Portugal no que o professor Sérgio Buarque de Holanda qualificou como “a visão do Paraíso”, é, aliás, o exacto contrário da Ilha Sem Lugar (U-Topos). É exactamente o que não assumem os donos do poder da globalização, incluindo os que emitem o discurso cultural da superpotência que resta, a república imperial norte-americana, que, se admitem democracia para os cidadãos do respectivo centro, quando exportam a respectiva influência pelos senhores do comércio, da navegação e da própria conquista, continuam a hierarquizar os efeitos do respectivo poderio, com uma sucessão de povos aliados, dos mais livres aos mais estipiendários, sempre dominados pelo ritmo feudal-patrimonial.

Há, com efeito, uma geometria variável de dependências, onde se detecta uma “newspeak” de certo pensamento pretensamente único, uma espécie de totalitarismo doce em cujas teias todos nos vamos amarfanhando, como autómatos de uma abstracta voz do dono.

Os grandes donos deste poderio tanto não têm pátria como não têm verdadeiros amigos. Obedecendo à rigidez lógica do “ai dos vencidos”, logo “lavam as mãos como Pilatos”, quando os anteriores serventuários são condenados à derrota, não reparando que foram usados e deitados fora. Entretanto, fica-nos um multitudinário “big brother” que reduz os indivíduos a meros consumidores e auditores, como simples elementos fungíveis, onde se nota a crescente proletarização das antigas classes médias e das profissões ditas intelectuais, onde o próprio espírito se reduz a simples elemento de produção de um mero serviço, sujeito às flutuações do mercado e à ditadura do mediático.

É por isso que, com o Brasil e a lusofonia, importa ir além daquilo que António Ferro considerava os Estados Unidos da Saudade e reparar como, se mobilizarmos os restantes países lusófonos, poderemos todos afinar, pela língua e pelos afectos, a principal língua do hemisfério sul. E basta aliarmo-nos globalmente aos nossos irmãos de língua castelhana para cumprirmos o sonho de Oliveira Martins, expresso nas últimas páginas da sua *História da Civilização Ibérica*. Só quando penso Brasil e abraço armilar é que não me incomoda o iberismo, este necessário eixo cultural que pode equilibrar o Ocidente, preso em demasia à ilusão anglo-americana.

Cá por mim, nacionalista por princípio e, eventualmente, “ista” de qualquer coisa por conclusão, desejo uma Europa como a nação de nações e a democracia de democracias, onde até se não repudia um Estado feito de muitos pequenos, médios e grandes Estados, numa complexidade onde os pequenos e médios podem consentir numa equilibrada hierarquia que os não humilhe nem abandone, naquilo que Raymond Aron qualificava como a hegemonia dos mais fortes, mas com a real consensualização dos mais fracos.

“**Dizer o que vai ser Portugal daqui para diante, com algum lume da razão, é muito menos do que vislumbramos do que, sobre Portugal, pode ser dito com certo lume da profecia. Apenas creio que vai continuar a ser reinventado e reidentificado [...].**”

Logo, talvez não valha a pena substituímos o sonho por uma pirâmide de conceitos, usarmos muitos engenheiros conceptuais, vestidos de beca, quando nos faltam sonhadores activos, europeus à solta, dotados de imaginação criadora, com pragmatismo e aventura. De nada nos serve uma pretensa teoria geral, higienicamente assexuada, para ser executada pelos funcionários de Bismarck, mesmo que sejam deputados ao Parlamento Europeu, comissários de Bruxelas, adjuntos, assessores e turistas de reuniões comunitárias. Desses que, assentes no pretensio centro do comunitarismo, espalham seus missionários e agentes pelas periferias, para melhor nos poderem colonizar, em torno de um pronto-a-vestir de boa marca.

Ser português é ser europeísta?

Continuo português e europeísta e, portanto, contra todos os modelos de Estados e super-Estados de marca jacobina, venham da direita ou da esquerda. Nisto, até continuo a ler e a reler Proudhon, reflectindo nas farpas que nos deixou contra a herança soberanista.

Com efeito, sob o nome de federalismo europeu e de Estados Unidos da Europa tem-se criado uma ideia que o pai do próprio federalismo contemporâneo considerava como o

principal inimigo do federalismo: “a Europa como uma confederação única, como uma nova Santa Aliança que sempre degenera... numa potência única, qualificada como uma autêntica cilada, dado não ser precedida pela descentralização dos grandes Estados, impedindo que a nacionalidade volte à liberdade”.

Não aceito o fatalismo dos euroconformistas que vêem no projecto mera unicidade uma espécie de advento de Deus à terra, num devir tão indiscutível quanto a divina providência e que, portanto, nos divide entre os bons e os maus europeus. Onde os bons são todos os que aceitam sem discussão a mística do conceito criador, enquanto a legião dos maus é constituída por todos aqueles que, mesmo sendo europeístas, não subcrevem os argumentos oficiosos dos euro-instalados.

Tinha razão Jean Monnet quando nos avisava quanto à imprescindibilidade do Reino Unido para o lançamento do projecto europeu, temendo as derivas jacobinas da racionalidade finalística que, perdida em tecnocracias de princípios abstractos, nos pode conduzir ao Terror, esmagando a Vendeia, o País Basco, a Catalunha ou o próprio Portugal. Basta lembrar como alguns dos nossos principais actores políticos não conseguem captar o essencial daquela racionalidade axiológica que está na base das doze estrelas desta comunidade política supraestatal e supranacional que alguns reduzem a simples análise de custo-benefício de uma qualquer engenharia de fundos estruturais e planos tecnológicos. Europeu e português, assumo a Europa como uma nação de nações e não como um verme apátrida que, ao unidimensionalizar-nos como súbditos de uma hierarquia das potências, incluindo a das multinacionais partidárias, nos faz esquecer o essencial da racionalidade axiológica, sem a qual não pode haver política. Assumo a Europa como democracia de muitas democracias, historicamente enraizadas, e não como hermenêutica de um qualquer texto constitucional não referendado nem amado que paire sobre as nossas cabeças como papagaio de papel.

A Europa tem de voltar a ser uma república maior, a caminho da urgente república universal, onde o federalismo maior também implica federalizar-nos por dentro, porque qualquer contrato federal com jacobinos centralistas é mero regresso ao marquês de

Pombal e a Robespierre, onde se transformam as nações conquistadas nos fantoches das “républiques soeurs”.

Um federalismo moral com racionalidades e patriotismo

Logo, apetece-me recordar que merece destaque Charles Lemonnier que, em 1872, publica um livro intitulado *Les États Unis de l'Europe*, depressa traduzido para português por Sebastião Magalhães Lima, em 1874.

Lemonnier, marcado pelas ideias de Saint-Simon, de quem, em 1859, publicara umas obras escolhidas, aparece em 1867 como um dos principais fundadores da Liga Internacional da Paz e da Liberdade. Em 1869 já publica uma memória intitulada *Determinar as bases de uma organização federal da Europa*.

Segundo o autor, a ideia de Estados Unidos da Europa aparece como a continuação da revolução, não a francesa, mas a europeia de 1789 a 1791. Ele próprio a considera como uma profecia, transformada já em programa e em fórmula. Coloca o discurso de Victor Hugo de 17 de Julho de 1851 como o momento em que a fórmula entrou na língua política dos Estados, salientando que em três palavras assim resumiu Kant.

O princípio sobre o qual se baseia a fundação dos Estados Unidos da Europa é o mesmo princípio da república, o qual não é outra coisa do que a aplicação da moral. Contra as dinastias que são por natureza odientas, egoístas, desconfiadas, hostis. Mas para a realização da nossa ideia não é mister destruir as nacionalidades, nem tão-pouco enfraquecer o patriotismo. A concepção de uma federação supõe, por si, uma pluralidade de nações e uma diversidade entre os Estados. No plano prático propõe que se siga o modelo norte-americano como um governo geral europeu, ao qual seria confiada a administração dos interesses gerais e comuns da federação, com uma única organização militar e com uma perfeita união económica, social e política, com livre troca e absoluta liberdade comercial, com nada de direitos aduaneiros, a fim de se propiciar um campo vasto à oferta e à procura.

Mas contrariando a Santa Aliança dos reis que apenas pôde sustentar-se pela força e pela manha, defende que não basta a adesão dos governos. É mister que seja explícito e formal o voto dos cidadãos. ■